



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 156

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE JANEIRO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 156**

### **1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**

#### **SUMÁRIO**

<b>Atos do Presidente .....</b>	<b>02</b>
<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Atos .....	06
Requerimentos .....	06
<b>Pequeno Expediente::</b>	
Dep. José Domingos Scarpellini ....	07
Dep. Neivo Beraldin .....	08

Dep. Tadeu Veneri .....09

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto.....	11
Liderança do PDT	
Dep. Neivo Beraldin .....	08
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri .....	10
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni .....	13

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	14
-----------------------------	----

#### **Encerramento da Sessão .....14**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral	
Portarias .....	15
Portarias DAT .....	16

### **DIÁRIO Nº 156**

### **1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**

#### **C O N V O C A :**

Os Srs. Deputados Estaduais para a realização de Sessão Legislativa Extraordinária, entre os dias 15 e 30 do corrente mês de janeiro, quando serão apreciados os Projetos de Lei nºs 286/05, 297/06, 425/06, 430/06, 436/06, 567/06 e 572/06; a Proposição nº 098/06; a Proposição-Veto nº 01/07 e as Mensagens nºs 69/06 e 01/07.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.01.07.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 02/07**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo 4º do artigo 61 da Constituição Estadual,

#### **R E S O L V E :**

Incluir, a pedido do Sr. Governador do Estado, a Mensagem nº 02/07, na relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Legislativa Extraordinária, convocada pelo Ato do Presidente nº 01/07, de 11 de janeiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.01.07.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA**

### **ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**

### **REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2007**

(segunda-feira)

#### **Atos do Presidente:**

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 01/07**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo 4º do artigo 61 da Constituição Estadual,

## ***Mesa Executiva:***

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

## ***Presenças:***

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia e Renato Gaúcho (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara instalado o Período de Sessões Extraordinárias da 15ª Legislatura, conforme Edital de Convocação publicado no dia 11 de janeiro de 2007.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não há Ata a ser lida.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 069/06

Curitiba, 27 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na lotação numérica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, 37 (trinta e

sete) cargos de provimento em comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias, com simbologia DAS-1.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente oportuno e necessário, eis que as funções de dirigentes de estabelecimentos penais, configuram-se atualmente entre as mais complexas e de grande responsabilidade, fato este inequivocamente confirmado não só por questões dos riscos inerentes ao exercício de tais funções, mas, também, pelo intenso crescimento da população carcerária que hoje ocorre como resultado de efetivo combate à criminalidade.

As despesas mensais com a criação dos cargos ora propostos, para direção de penitenciárias, serão de R\$ 5.251,03 cada, suportáveis pelos limites legais com gasto de pessoal. Destaca-se que destes propostos cargos, vinte serão destinados às unidades prisionais já abertas e dezessete às unidades a serem inauguradas.

É proposta, ainda, a criação de 4 (quatro) cargos em comissão de simbologia AE-1, para funções de administração das regiões metropolitanas do Estado do Paraná e a extinção do cargo em comissão de Diretor-Presidente, DAS-1, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-Comec.

Finalmente, é também proposto acréscimo ao artigo 14, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, de 2 (dois) cargos em comissão de Secretários Especiais, cargos estes que, assim como os AE-1 propostos, terão custo mensal de R\$ 11.915,44 cada, despesas que, igualmente, obedecem os limites com gastos na folha de pagamento de pessoal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Ficam criados, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão, com a denominação de Diretor Geral de Presídio e simbologia DAS-1.

Art. 2º Ficam criados, com lotação na Comec, 04 (quatro) cargos de provimento em comissão simbologia AE-1 e incluídos 02 (dois) cargos em comissão de Secretário Especial no artigo 14, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**A Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 001/07

Curitiba, 11 de janeiro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva extinguir o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, o Instituto de Saúde do Paraná - ISEP e o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - Decon.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente oportuno e necessário, eis que tais entidades fundacional e autárquicas podem perfeitamente incorporar as Secretarias de Estado e órgãos da Administração Direta.

Salienta-se, que as funções desempenhadas pelas entidades fundacional e autárquicas, que ora propõe-se sejam extintas, passarão a ser exercidas no âmbito administrativo das Secretarias afins, assim como suas atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio.

Vale lembrar que os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica que se encontram em execução pelas entidades que ora propõe-se sejam extintas, terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída e competência dos serviços e que os saldos financeiros dos recursos próprios, apurados no balanço de encerramento das entidades a serem extintas, serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, preservadas as aplicações decorrentes das vinculações legais se for o caso.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam extintas as seguintes entidades fundacional e autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual:

I - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ficando suas atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Educação - SEED;

II - Instituto de Saúde do Paraná - Isep, ficando suas atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Saúde - SESA; e

III - Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - Decom, ficando suas atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP;

Parágrafo Único. Em decorrência do contido no item II, deste artigo, fica alterada a denominação da unidade orçamentária 4760 - Fundo Estadual de Saúde - Funsaué/Isep, para 4760 - Fundo Estadual de Saúde - Funsaué.

Art. 2º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes, e outros compromissos de natureza jurídica que se encontram em execução pelas entidades ora extintas, terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a competência dos serviços nos termos desta lei.

Art. 3º Os saldos financeiros dos recursos próprios, apurados no balanço de encerramento das entidades extintas por esta lei, serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, preservadas as aplicações decorrentes das vinculações legais, se for o caso.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a expedir os atos necessários à incorporação dessas entidades pela administração direta, para que no prazo máximo de sessenta dias, contados da data da publicação desta lei, sejam readequados os atos organizacionais, as denominações e remanejamento dos cargos de provimento em comissão, as dotações orçamentárias do exercício de 2007 e os ajustes administrativos e orçamentários, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pelas presentes disposições legais.

Parágrafo Único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou de abertura de créditos adicionais, decorrentes desta lei.

Art. 5º Fica, ainda, o Poder Executivo Estadual, autorizado a adequar a denominação, símbolo e remuneração dos cargos de direção e assessoramento do ISEP à estrutura funcional dos cargos de provimento em comissão, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 6º Fica a cargo das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Administração e da Previdência - SEAP, no âmbito das respectivas atribuições, a responsabilidade pela formulação dos atos necessários ao atendimento do disposto nesta lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 002/07

Curitiba, 11 de janeiro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva instituir, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21, da Constituição Estadual, a

Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica.

Os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul, Lindoeste, Santa Tereza do Oeste, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Rami-  
lândia, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Dia-  
mante do Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras,  
Ouro Verde do Oeste, Toledo, Entre Rios do Oeste, Pato  
Bragado, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes,  
Mercedes, Nova Santa Rosa, Terra Roxa e Guaíra, atual-  
mente formam região de reconhecido desenvolvimento,  
desta forma a evolução da região urbana e a necessidade  
de tratar de problemas comuns a todos os referidos muni-  
cípios.

Com a população considerável e o grande desen-  
volvimento e transformação que vem ocorrendo pela  
região, faz-se necessário buscar formas de integrar os  
municípios e, conseqüentemente, o crescimento plane-  
jado e organizado.

O debate sobre o planejamento e a organização da  
Região Metropolitana proposta, dar-se-á com a sociedade  
civil organizada, voltando-se assim às necessidades mais  
prementes.

Saliente-se que os municípios da Região Metro-  
politana a ser instituída têm sua história, cultura, costumes e  
o mesmo espaço geográfico, e, por certo, deverão fazer  
parte de um mesmo projeto envolvendo todas as situa-  
ções dos cidadãos, bem como as comunidades.

A Carta Magna de 1988 proporcionou condições  
jurídicas para que os municípios pudessem organizar-se,  
sem perderem suas identidades dentro da Federação.

Desta forma, o artigo 215, parágrafo 3º da Consti-  
tuição Federal, delega aos Estados a criação, através de  
lei complementar, de regiões metropolitanas. Já a Consti-  
tuição do Paraná, em seu Capítulo III, artigos 21-26,  
define a instituição e organização das regiões metropoli-  
tanas.

Os municípios citados para participarem da Região  
Metropolitana de Cascavel, possuem vida econômica e  
social ligadas por diversos fatores, seja pela presença da  
Universidade, indústria, agropecuária, comércio, serviços  
e outros necessários à constituição de uma região metro-  
politana, tudo destinado a melhorar e qualificar de forma  
planejada, o desenvolvimento de cada um e de todos os  
municípios.

É premente a necessidade da instituição da Região  
Metropolitana de Cascavel pois, este fato, traduz os  
anseios da comunidade que exige cada vez mais o atendi-  
mento de suas necessidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa  
colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-  
ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço  
e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25,  
parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21, da  
Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cas-  
cavel, constituída pelos municípios de Cascavel, Foz  
do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do  
Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu  
Azul, Lindoeste, Santa Tereza do Oeste, Medianeira,  
Itaipulândia, Missal, Rami-  
lândia, Vera Cruz do Oeste,  
São Pedro do Iguaçu, Diamante do Oeste, Santa  
Helena, São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste,  
Toledo, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal  
Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Nova  
Santa Rosa, Terra Roxa e Guaíra.

Art. 2º A Região Metropolitana de Cascavel, terá  
um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo, constituir-se-á de 5  
(cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou  
administrativa, nomeados pelo Governador do Estado,  
sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista trí-  
plice feita pelo Prefeito de Cascavel e outro mediante  
indicação dos demais municípios integrantes da Região  
Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um  
representante de cada município integrante da Região  
Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade  
civil sob a direção do Presidente do Conselho Delibera-  
tivo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos  
orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho  
Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvi-  
mento Integrado da Região Metropolitana e a programa-  
ção dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos  
de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes,  
sempre que possível, a unificação quanto aos serviços  
comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Delibera-  
tivo, sobre questões de interesses da Região Metropoli-  
tana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração  
de planos regionais e adoção de providências relativas à  
execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os  
seguintes serviços comuns aos municípios que integram a  
Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento  
econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## **Atos**

### **ATO DO PRESIDENTE Nº 01/07**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo 4º do artigo 61 da Constituição Estadual,

#### **C O N V O C A :**

Os Srs. Deputados Estaduais para a realização de Sessão Legislativa Extraordinária, entre os dias 15 e 30 do corrente mês de janeiro, quando serão apreciados os Projetos de Lei nºs 286/05, 297/06, 425/06, 430/06, 436/06, 567/06 e 572/06; a Proposição nº 098/06; a Proposição-Veto nº 01/07 e as Mensagens nºs 69/06 e 01/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.01.07.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

### **ATO DO PRESIDENTE Nº 02/07**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo 4º do artigo 61 da Constituição Estadual,

#### **R E S O L V E :**

Incluir, a pedido do Sr. Governador do Estado, a Mensagem nº 02/07, na relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Legislativa Extraordinária, convocada pelo Ato do Presidente nº 01/07, de 11 de janeiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.01.07.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

## **Requerimento**

### **REQUERIMENTO Nº 001**

Senhor Presidente;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transformação da Sessão Ordinária de 16.01.07 em Comissão Geral de

Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 286/05, 297/06, 425/06, 430/06, 436/06, 567/06, 572/06, 001/07, 002/07, 003/07, da Proposição nº 098/06 e Proposição Veto nº 001/07.

Sala das Sessões, em 15.01.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Jocelito Canto, André Vargas, Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, Natálio Stica, Rafael Greca, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Elza Correia, Padre Paulo Campos, Hermes Fonseca, Mauro Moraes, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Vanderlei Iensen e Dobrandino da Silva.

### **O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente há uma dúvida com relação ao Regimento, porque o Regimento no seu artigo 2º fala de Sessões Ordinárias e Extraordinárias. Fala dos períodos das Sessões que serão Ordinárias de 15 de fevereiro a 30 de junho, 1º de agosto a 15 de dezembro, mas aqui não está esclarecido, Sr. Presidente - e essa é a minha dúvida e a de alguns Deputados: se essas Sessões convocadas, como essa que está sendo convocada hoje, as próximas cinco são Sessões Extraordinárias, remuneradas ou não? Porque até aonde sabíamos inclusive - pelas declarações do Presidente feitas à imprensa - essa convocação não seria remunerada. Agora me parece que será.

Então eu não sei se isso vai ser remunerado, o que seria um absurdo!

### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem de V. Exa: quero dizer a V. Exa. e a todos os Parlamentares, que os recursos da convocação, o Deputado não é obrigado a receber.

### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Não. Eu não estou dizendo que é obrigado, Sr. Presidente. Estou só perguntando, porque até onde eu sabia, inclusive por todos os jornais, até nesse sábado, a convocação era dita que não seria remunerada.

Então na verdade houve um equívoco, ela seria remunerada. Desde o início já se sabia que o artigo previa que seria remunerada.

### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Na verdade a Assembléia foi convocada pela Mesa Executiva, no entendimento do Poder Executivo que havia necessidade de se votar ainda nesse período algumas mensagens, principalmente, a que cria os cargos nas penitenciárias.

Não há como se instalar nas penitenciárias que estão concluídas sem a criação dos cargos.

### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Eu pergunto se a convocação não pode ser por auto convocação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa Executiva tem poderes para convocar. Pode ser o Poder Executivo ou o Poder Legislativo. O Poder Legislativo se auto convocou, no entendimento do Poder Executivo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Ou seja, é remunerado. Dezoito mil reais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai ser pago aos Srs. Parlamentares.

Agora, não se torna obrigatório o recebimento pelo Parlamentar.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Que é obrigatório, eu sei, Sr. Presidente. Eu só lamento que seja remunerado, porque sabemos que não se justifica dezenove mil reais, para seis Sessões, por seis horas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se justifica ou não, nobre Deputado, é o que está no Regimento Interno da Casa e na Constituição.

### ***Pequeno Expediente:***

Pequeno Expediente, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria, já que o Deputado Veneri está falando sobre os valores da convocação, se a convocação é constitucional, se baseia no Regimento e na Constituição do Estado e lá diz que deve haver remuneração. Se o Deputado quer fazer média, devia abrir mão também dos R\$ 27.500,00 da verba do ressarcimento desse mês. Porque se nós partirmos da premissa que a convocação é imoral e o recebimento é imoral, é imoral também receber o ressarcimento de R\$ 27.500,00 que o Deputado Veneri não vem abrindo mão de receber nesta Casa!

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o meu salário do mês de dezembro, está pago em cheque e deu um valor de R\$ 29,29. Foi o que sobrou a este Deputado no quinto mandato como Deputado Estadual! Recebi, está aqui o cheque: R\$ 29,29!

Agora, se o Deputado do PT, moralista ou falso moralista vem a esta Assembléia para dizer ou tentar fazer média com a imprensa e com o povo do Paraná, que a convocação é uma convocação meramente oportunista para aqueles que aqui querem receber, eu quero dizer, Deputado, que não é! Eu vou receber a minha convocação se é este o meu direito constitucional! Primeiro que não são dezenove mil reais, porque quando você desconta

o Imposto de Renda que é 27.5% retido na fonte, você já está recebendo bem menos do que aquilo que se está falando.

Eu acredito que assim como aqui vai ficar o meu depoimento agora de uma questão que há vinte anos atrás eu dizia a vários Deputados que estavam aqui na Casa que não deveria ser extinto o Fundo Estadual de Previdência Parlamentar, naquela época, o Fepa, que era aquilo que dava alguma sustentação aos ex-Deputados quando saem daqui. Porque o Deputado que vem para cá, que trabalha, quando sai da Assembléia ele sai igual a um passarinho que ficou preso na gaiola, ele sai desacostumado às lidas e aos trabalhos que anteriormente fazia. Ele vai para o mundo, saindo da Assembléia, sem ambiente, sem condições de trabalhar, muitas vezes até em função dos atritos políticos que criou e que gerou no seu trabalho no cotidiano da Assembléia Legislativa do Paraná.

Extinguiram o Fepa, nós vimos dezenas de Deputados, de ex-Deputados morrerem e ter que se fazer vaquinha para enterrar, para ajudar as famílias a sepultar os seus entes queridos. Parece que o Deputado está proibido de trabalhar e de ser remunerado porque é crime! O Deputado Tadeu Veneri que também recebe os R\$ 27.500,00 da verba de ressarcimento, deveria ser questionado isso, abrir mão desses R\$ 27.500,00 também, Deputado Tadeu Veneri, ao invés de vir aqui criar caso, sempre querendo desmoralizar a Assembléia!

Falar do Poder Judiciário, o Executivo, por exemplo teve o seu reajuste de salário feito e ninguém aqui comentou sobre esta questão, mas sobre a questão do reajuste de salário dos Deputados para o ano que vem já está suspenso! O Judiciário tem o seu valor de salário estabelecido e nós quando vamos estabelecer o nosso é crime, como se nós fôssemos culpados por todas as crises e por todas as mazelas que esse Brasil já viveu!

Quanto ganha um aposentado do Banco do Brasil? Quanto ganha um aposentado da Petrobras? Estas questões muitas vezes não são discutidas, mas o Deputado está proibido de ser aposentado como ex-Parlamentar, até proporcionalmente ao período de mandato que exerceu!

Então eu, baseado nos meus R\$ 29,29, tenho que dizer que aqueles que lutam, que fazem do trabalho legislativo uma maneira de servir a sua cidade, ao seu povo, a sua gente, muitas vezes é colocado numa vala como se fosse humilhante um homem sem qualificação, porque está se dispondo a trabalhar pelo bem da comunidade, pelo bem do seu Estado, pelo bem da renovação das leis, no combate muitas vezes aos abusos administrativos cometidos! Ora, eu não poderia deixar de, nesta oportunidade, fazer este discurso e estas colocações.

Há 33 anos - em 1974 - eu me elegi Deputado Estadual pela primeira vez. Eu cheguei nesta Assembléia com 24 anos, sendo que já tinha sido Vereador em Apucarana. Saí daqui e fui ser Prefeito, num trabalho permanente em defesa de interesses comuns, coletivos, na construção de escolas, na construção de um mundo melhor para nossas crianças e para nosso povo.

Por tudo isso, não poderia deixar de dar meu testemunho daquilo que eu vi: ex-Deputados que a família não tinha nem dinheiro para pagar o enterro, e que chegaram, muitas vezes, ricos e saíram pobres. Agora, esses falsos moralistas que me perdoem, mas não é por aí o caminho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

### ***O Sr. Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sras. e Srs. Deputados:

Peço atenção de V. Exas. para uma carta que recebi em minha casa, após ter perdido a eleição. Esta carta foi datada do dia 09, chegou em minha residência e minha esposa Irene teve a tristeza de ler o que vou ler aqui na tribuna. Isso, certamente, se deve por eu ter exercido, durante 24 anos, um mandato com muita honradez. Diz a carta: “Terminou teu mandato e, agora, você e tua família estão perdidos! Cuide-se!”

Essa é a recordação que devo levar após ter enfrentado todo aquele sistema que está no Estado, o que foi do Banestado, o que foi da Sanepar, o que foi da Copel, o que foi do Detran. Aí eu passo a me lembrar o seguinte: qual será a função do Deputado? Qual é a ótica que temos que ver o Deputado? Ele é um despachante de luxo?

Não. Ele é o fiscal da Copel, da aplicação do dinheiro da saúde.

Quanto ganha um Diretor da Copel? Quanto ganha um Diretor da Sanepar? Quanto ganha alguém que está em alguma empresa de economia mista? Quanto custa para o Estado?

Aquela obra de asfalto que está questionada que o projeto foi tal, mas que a execução não foi assim e que o engenheiro atestou como execução plena, ninguém questiona. Então, mais uma vez, quero repetir aos Srs. Deputados que vão exercer o mandato aqui: façam o dever de casa, fiscalizem com todo rigor o Governo, o Judiciário, o Legislativo, o Tribunal de Contas, porque, certamente, nada acontece no Estado do Paraná sem que passe por esta Casa.

Nós temos uma missão muito maior para discutir do que propriamente salários de Deputados. Prestem atenção: o Tribunal de Contas custa tanto quanto a Assembléia; o Ministério Público custa o dobro da Assembléia; o Tribunal de Justiça custa três, quatro vezes mais, e este é o Poder que nada acontece no Estado e que não está agindo na plenitude.

Possivelmente, quem fala aqui é beneficiado lá porque é da Base do Governo, são aqueles que sentam se o Líder do Governo senta e levantam se o Líder do Governo levanta; são aqueles que aprovam as contas do

Governo de quatro anos sem questionar um dia, um quadrimestre. Ou teve algum Deputado que fez esse questionamento, há poucos dias, para aprovar cinco anos de prestação de contas do Governo?

Eu disse que tinha. Eu disse que o meu voto era contrário. Alguém viu que o Governo investiu 8% em saúde e que investiu menos em educação do que era previsto?

Vamos ser francos: o dinheiro fica represado na tesouraria e o que era para saúde é desviado para publicidade, propaganda, e assim o Governo faz o que quer.

O Legislativo precisa mudar o seu foco de atuação. Há uma filosofia, há uma cultura no Estado que o Deputado se elege por uma região e ele tem que ser uma espécie de despachante para levar a viatura, para levar a ambulância ou para reivindicar aquilo que já está no orçamento. Não é essa a nossa função. A nossa função é fiscalizar o Governo.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PDT***

Então, vejam o seguinte: em 2004, quando o Governador Requião foi eleito, eu lhe dei uma auditoria completa da Sanepar e disse como funcionava o esquema da Sanepar. Ao tomar posse, quando esteve aqui, ele me agradeceu. Durante esse mandato, em que não estive na Base do Governo, certamente, colaborei muito com o Governador auditando a questão da Fundação Copel, auditando a Sanepar, auditando as obras do litoral, auditando o Detran, auditando as Universidades Estaduais. Repassei tudo a ele. Todas aquelas irregularidades constatadas pelos técnicos foram parar na mão do Governo. Isso pode ser uma grande ajuda. Outras foram mandadas ao Ministério Público.

V. Exas. têm que prestar atenção, no próximo mandato, na questão do SAS, do antigo IPE, porque o Hospital Evangélico de Curitiba recebe oito milhões de reais por mês, em um pagamento de fatura estimada de 19 reais por funcionário, quando terceiriza para outros e quando os funcionários são atendidos pelo SUS. Aí, possivelmente, há um desvio de conduta, porque o Governo não fiscaliza a questão do SAS.

O Sr. Ailton Araújo (PPS)

Pela Ordem, Sr. Deputado?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Concedo um aparte a V. Exa.

O Sr. Ailton Araújo (PPS)

Agradeço o aparte, nobre Deputado, mas V. Exa. comete um equívoco com relação ao Hospital Evangélico de Curitiba. É um hospital que já está no vermelho com quase cem milhões, porque todo rendimento que ele tem não cobre o custo operacional lá do hospital. Portanto, não é justo o que está dizendo.



Quero lembrar a V. Exa. que faço parte da diretoria da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba e uma das coisas que tenho pensado é em como viabilizar o funcionamento desse hospital, que já deveria ter fechado, porque pega esse dinheiro da saúde para jogar para o saneamento e, depois, os hospitais é que pagam a conta

As contas do Hospital Evangélico estão abertas para auditoria para que não se coloque nenhuma mancha no nome dessa sociedade, a qual tenho a honra de representar.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Vindo esse aparte de V. Exa. merece as minhas considerações. No entanto, devo dizer a V. Exa. que, em nome da Comissão de Fiscalização, notifiquei o Hospital Evangélico, que não se pronunciou e, simplesmente, trocou o Diretor responsável da área. A Secretaria de Administração se pronunciou parcialmente, dizendo que não fiscaliza o dinheiro que repassa para 16 hospitais no Estado do Paraná.

A licitação foi feita em 2002, foi prorrogada, sem licitação pública. Então há alguma coisa aí. São 82 milhões de reais por ano. Essa questão tem que ser passada a limpo. Vamos auditar o SAS - o antigo IPE.

Eu não queria hoje subir a essa tribuna, para me aprofundar mais uma vez nesses temas que devem preocupar todos os dias os governantes, sobretudo o Governador Requião que conhecemos. Devemos colaborar com ele e colaborando com ele estaremos colaborando com o Estado. É nosso dever! O que faz a população quando vota: para que façamos uma fiscalização à altura dos interesses da sociedade.

Sr. Presidente, fiquei muito orgulhoso de na pesquisa do IBGE, oito páginas dedicadas à Lei do ICMS Ecológico - aqui desta Casa. Treze Estados no Brasil seguiram o nosso caminho atestando que é a lei que mais investe em meio ambiente, no País. Só no Paraná já foram distribuídos mais de um bilhão e trezentos milhões de reais, como compensação para preservar a nossa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

**O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, acredito que a convocação extraordinária feita para que apreciemos alguns pontos que foram lidos, obviamente, que se mostra necessário no entendimento da Mesa. E no nosso entendimento, meu especificamente, um dos pontos que deverão ser votados é o veto apostado pelo Governador do Estado, a uma emenda aprovada nesta Casa ao

Orçamento do ano passado, que é justamente o que prevê os 12% da saúde.

É um debate que faremos e que não se limitará à manutenção ou à derrubada do veto, porque vai além. É um processo que queremos ampliar nesse debate, nesse ano de 2007 e nos próximos anos. Continuo entendendo - como também os Deputados Marcos Isfer e Strapasson - que não há porque se incluir, por exemplo, o SAS, como recursos que devam ser gastos dentro do percentual de 12% destinados para a saúde.

Eu vi a justificativa do veto: o SAS, por ser um sistema fechado, por estar absorvendo os funcionários do Estado, liberaria o SUS - no meu entendimento não se justifica. Caso isso fosse válido, por exemplo, o Governo Federal que tem um plano de saúde, para todos os servidores públicos federais, poderia incluir esses gastos também como sendo gastos os 12% para a saúde, no que o Tribunal de Contas da União não aceita, assim como o Tribunal de Contas e o Ministério Público não aceitam. Esses são alguns pontos que faremos o debate e acredito que eles terão desdobramentos nos próximos períodos.

Quanto ao mérito da convocação, não me cabe discutir, porque foi explicitado, Deputada Luciana, que há uma necessidade de se votar 35 cargos em comissão, de símbolo DAS-1, para os diretores de penitenciárias. Caso isso não ocorresse, agora, não poderíamos fazê-lo a não ser nos próximos meses. O que questionei, Deputado Scarpellini - tenho o maior respeito por V. Exa., pela sua história de dois anos que acompanhei, aqui, não dos anos anteriores, da sua combatividade.

Tenho o maior respeito por V. Exa., que exerceu, junto à Comissão de Direitos Humanos - muitas vezes isolado e incompreendido - um trabalho árduo e difícil. Mas divirjo quanto ao mérito, não da constitucionalidade - V. Exa. está corretíssimo - é legal, legítimo e constitucional. Não faço questionamento e aqueles que me conhecem um pouco - o Deputado Ailton Araújo, com quem estive durante oito anos na Câmara de Vereadores e outros Deputados, como o Deputado Mauro Moraes, sabem que já fazia esse questionamento na Câmara.

Não faço por conta de imprensa, até porque acho que isso é muito pouco para aquilo que na sequência vamos sofrer, o desgaste, porque acho que há um desgaste muito grande. Acho que vivemos um período em que não é a imprensa que procura fazer com que o Legislativo seja desmoralizado, absolutamente! Acho que são os atos muitas vezes feitos de forma imprensada, como foi o caso que está sendo a disputa no Congresso Nacional - não por um projeto, mas por um cargo - que leva a população a essas conseqüências. Não faço comparações com Diretores de empresas estatais, porque não sou Diretor de empresa estatal, assim como não sou Superintendente de empresa estatal e se o fosse, talvez, e tivesse que dar satisfações públicas, talvez pudesse fazê-lo, mas não é o caso.

## ***Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PT***

Então, entendo o seguinte, Srs. Deputados: não se trata aqui de criar, em absoluto, constrangimento desta ou daquela situação, deste ou daquele Deputado, como falei inclusive com o Sr. Presidente. Tenho, até por obrigação, o maior respeito por todos os Srs. Deputados, mas obviamente que tenho divergências e assim como elas existem do outro lado, elas têm que ser explicitadas. Nós não viemos para a Assembléia Legislativa todos da mesma forma, nós não viemos todos pelo mesmo Partido, nós não viemos todos defendendo as mesmas bandeiras e isso é natural na democracia e não fosse assim, nós não precisaríamos nem ter o Legislativo. Todos os atos, absolutamente todos os atos do Legislativo, do Executivo, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, daquilo que for papel constitucional fazer a fiscalização, entendo que qualquer um dos 54 Deputados tem o direito de questionar, sem que se sintam com isso, por alguma razão, constrangido. Assim como alguns Deputados entendem que não há constrangimento nenhum em se receber por seis Sessões Extraordinárias que vão acontecer, acho que não há porque fazermos esse debate de uma forma passional, porque assim como não há constrangimento, também há constrangimento de alguns em fazê-lo.

O que não podemos ter e não penso que esse seja o melhor método, é uma atitude corporativista, uma atitude de cercear o questionamento, uma atitude de fazermos com que perguntas impertinentes não possam ser feitas, mesmo quando temos posições diferentes e inclusive vejam que não temos nenhuma posição dentro do nosso Partido com relação a isso. Não há! Não vamos sair por aí perguntando quem faz "A" ou quem faz "B", mas estou explicitando a minha posição pessoal. A minha posição pessoal e a posição daqueles que por alguma razão têm identidade com o nosso mandato é essa e vou fazer, durante todo o período em que estiver aqui, sempre esses questionamentos. Aqueles que por alguma razão já tenham acompanhado este mandato, sabem que vai ser assim, sabem que foi assim e sabem que se não fosse assim, não teria sentido, no meu entendimento, estar aqui.

A Deputada Elza Correia lembrou bem com relação à verba de ressarcimento, Deputado Scarpellini. A verba de ressarcimento precisa e o senhor está correto, porque precisa ser extremamente discutida para que tenhamos transparência com relação a ela. E isso é uma das bandeiras, inclusive, de um dos candidatos - porque me parece que ainda há dois - e que nós apoiamos aqui, que é o Deputado Nelson Justus. Conversei com o Deputado Nelson Justus antes mesmo do meu Partido tomar a decisão de apoiá-lo, assim como conversamos com o Deputado Nereu Moura. E o Deputado Nelson Justus colocava algumas preocupações para que nós tenhamos uma transparência maior.

Eu acho que é correto, é o processo de evolução. Nós temos a TV Assembléia, é o processo de evolução. Nós temos as nossas contas colocadas na Internet, é o processo de evolução. Nós temos questionamento público, sim, eu acho que isso é norma na democracia. Nós não temos que nos envergonhar de absolutamente nada daquilo que fazemos e que damos transparência. O que nós não podemos é pensar que dentro de um plenário, com 54 Deputados, todos vão pensar da mesma forma e vão agir da mesma forma, porque se pensam assim, se alguém, acredito que ninguém tem esse tipo de pensamento, mas se alguém pensa assim, é um direito seu, e é um direito meu, deste Deputado, divergir. Está na Constituição, está no Regimento.

Não fiz aqui o questionamento ao Presidente Hermas Brandão, por quem eu tenho o maior respeito, para constrangê-lo, absolutamente, e ele sabe disso. Não fiz aqui, Deputado Zucchinho, o questionamento para sair amanhã com A, B ou C, não preciso disso, nenhum daqui aliás precisa disso. Não preciso disso, os senhores sabem disso. Nós já temos, inclusive a nossa indicação para a Mesa, nos sentimos extremamente honrados e representados pela Deputada Luciana Rafagnin, que será nossa companheira e será, sem dúvida nenhuma, a companheira que estará nos representando na próxima legislatura, compondo a Mesa Diretiva dos Trabalhos. Agora, não venham transformar o que é para ser um debate de nível adulto em uma briguinha de esquina, de moleque. Não tentem desqualificar os meus argumentos, fazendo com que se transformem em um bate-boca. Eu não venho aqui, nem com ódio no coração, para fazer esse tipo de debate nem tampouco com ressentimento ou com revanchismo de qualquer tipo de ordem ou espécie.

Em nenhum momento, vejam senhores, e seria leviano, eu teria, por exemplo, que achar que há interesse específico só do Executivo em fazer esta convocação. Não acho. Acho que o Executivo tem as suas razões para solicitar e é direito do Executivo fazer isso, não só deste Governador, como de qualquer Governador. Acho que tem esse direito e se essa prerrogativa lhe é dada e pode exercê-la. Agora, é óbvio que se nós temos divergências, este é o local, esta é a tribuna, para explicitá-las. Seria leviano, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, seria infantil, e seria covarde, se ao invés de fazê-lo da tribuna, se ao invés de fazê-lo no microfone, eu fosse fazê-lo, simplesmente, na imprensa. Não esperem esse comportamento deste Deputado porque não vão ter.

Os senhores sabem da minha posição quando nós discutimos aqui com relação ao Fundo de Pensão Complementar, sabem, em nenhum momento nós fizemos qualquer tipo de crítica antecipada, porque primeiro nós precisávamos votá-lo. E eu acho que é legítimo que nós façamos todas as votações em todos os debates. Agora, nós precisamos respeitar minimamente o direito de quem diverge, porque se não for assim, vamos separar os Deputados que concordam, e os que não concordam, vão embora. Ora, nós fomos, todos nós, todos os que estão

aqui, nós fomos eleitos para representar a população do Paraná. Alguns foram reeleitos, outros não, outros não concorreram, mas todos que estão aqui têm votos, todos. E eu sempre digo isso, eu sempre tenho dito o seguinte: podem criticar a Assembléia, a Câmara Federal, e as Câmaras de Vereadores, podem fazer todas as críticas, nós temos todos os tipos de personalidades. E é verdade, o Congresso Nacional aprovou isso. Nós temos todos os tipos de pessoas que se submetem ao pleito, que alguns são eleitos ou não, mas aqueles que são eleitos e que podem ser criticados, mas nenhum, absolutamente, nenhum, Deputado Rafael Greca, o senhor que já foi Prefeito de Curitiba sabe melhor do que eu disso, nenhum está aqui sem voto. Todos que vieram para cá vieram porque parcela da população lhes concedeu o voto e eu tenho que respeitar essa parcela da população que confiou o voto a esse Deputados e essas Deputadas.

Sr. Deputado eu quis fazer esse pronunciamento para repor esse debate no seu eixo. Sou contrário, falei isso, os que sabem da minha posição sabem que sou contrário. Acho que nós precisamos rever o nosso Regimento.

#### **O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)**

Agradeço a V. Exa. o aparte e acho que V. Exa. tem razão, aqui é o local da divergência, do contraditório. E as prerrogativas do Parlamentar são determinadas pela população. Portanto, devemos satisfação à população, em toda discussão deveríamos incluir a população nas nossas discussões. Agora, as prerrogativas têm que ser sempre cuidadas de perto aqui dentro da Casa. Porque veja bem V. Exa., nós tivemos nesse mandato o momento em que nós reformulamos nosso Regimento Interno. O Deputado José Maria e o Deputado Durval Amaral coordenaram um trabalho que receberam propostas de todos os Deputados. Muitas propostas encaminhadas até por esse Parlamentar foram acatadas. Nós votamos aqui a reformulação do Regimento Interno.

É uma pena que V. Exa. também, não lançando mão mais uma vez das suas prerrogativas não tivesse naquele momento colocado emenda na Constituição do Estado e também no Regimento Interno para discutir mais amplamente essa questão da auto convocação, essa questão da convocação por parte do Poder Executivo e da remuneração. Porque remuneração não é roubo. Remuneração tem que se tratada como remuneração, justa ou não. Esta é a discussão.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado Sr. Presidente, peço desculpas ao Deputado Neivo Beraldin, acreditei que eram quinze minutos Sr. Presidente, foram dez minutos. Errei, achei que eram quinze minutos que tinha a Liderança. Mais uma vez, Deputado Neivo Beraldin, peço desculpas por não ter lhe passado o aparte.

Apenas fazendo uma consideração, Sr. Presidente, há na Mesa aqui na Casa uma emenda assinada por diver-

sos Deputados, onde ela prevê a redução do recesso. Esse é um debate que acho que nós fizemos aqui. Parece-me que foi encaminhado ao Deputado Nelson Justus e nesse projeto há uma emenda feita por esse Deputado que prevê que quando houver convocação extraordinária não serão remunerados. Então, ao seu tempo, nós podemos fazer esse debate.

### ***Horário das Lideranças:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o Bloco PTB/PL/PRB. Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto***

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para fazer o registro nesse momento em que nós estamos votando algumas matérias importantes nesta Casa, nesse momento em que a Assembléia é convocada de forma extraordinária. Gostaria de aproveitar a oportunidade de fazer aqui um agradecimento a um Senador da República e que nessa eleição passada eu não apoiei. Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, fazer um agradecimento pelo caráter, quero fazer aqui essa lembrança ao Senador Osmar Dias, que de forma não poderia ser diferente o seu caráter. Ele jamais faria o que um Deputado lhe pediu lá em Brasília um outro dia.

Deputado Rossoni e Deputado Barbosa Neto, V. Exa. pode transmitir ao Senador Osmar Dias que o Deputado Jocelito, que quem sabe seja um dos últimos pronunciamentos que eu vou fazer nesta Casa, porque aquele processo meu sobre aquele policial que estava à disposição da Assembléia Legislativa e ficou à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa quando Prefeito, o processo caminhou muito rapidamente em Brasília, passou além dos limites do Judiciário e eu não sei ainda se no dia 1º tomarei posse. Não roubei nada, não usei nada e posso ser condenado, porque um funcionário público estava à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa no gabinete do Jocelito, quando era Prefeito.

Quero aqui, quem sabe seja a minha última participação, fazer um agradecimento ao Senador Osmar Dias que tem caráter. Eu já sabia disso. Nessa campanha, por dever que tinha, eu tinha um compromisso de 1998, eu era Prefeito de Ponta Grossa quando o Governador Requião era candidato a Governador e eu estava inclinado a apoiar o Requião, porque sempre sentia mais simpatia pelo Governador Requião. Mas naquele momento, o Governador Jaime Lerner, usando da prerrogativa de um Governador que quer se reeleger, e acho que hoje não lhe condeno por isso, me fez apoiar na campanha e na

seqüência para liberar os recursos do Paraná Urbano houve uma pressão e eu como bom cidadão e Prefeito da cidade, não queria perder os recursos. Apoiei o Jaime Lerner e depois acabamos discutindo, os senhores conhecem a história e isso não vem ao caso aqui.

Eu tinha uma dívida, Deputado Anibelli e Deputado Dobrandino, com o Governador Requião. Está paga a dívida. Nessa campanha agora, contrariando os interesses do nosso Partido que apoiou o Senador Osmar Dias, eu não acompanhei o nosso Partido. Eu acompanhei a minha vontade para pagar uma dívida que tinha com o Governador Requião lá de 1998. E ao mesmo tempo, para premiá-lo a ele, por aquelas obras que ele fez, que no meu ponto de vista são boas para Ponta Grossa e para os Campos Gerais, inclusive, o Hospital Regional já começou as obras. Mas eu não poderia deixar aqui, Deputado Zucchinho, V. Exa. sabe disso, de prestar essa homenagem ao Senador Osmar Dias. Durante a campanha, fiz campanha para o Requião abertamente em todos os lugares. Mas em momento nenhum dirigi uma palavra contrária a candidatura do Senador Osmar Dias, respeitando o que eu sempre respeitei nele: a decência, o respeito e a dignidade que ele tem.

Quero deixar esse registro aqui, porque não sei se terei condições de fazer um novo discurso nesta Casa, porque infelizmente estou nas mãos do Poder Judiciário. Volto a dizer que não roubei nada, não estou sendo cassado por desvio. Estou sendo cassado porque simplesmente um funcionário estava à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa.

Pediria aos companheiros da imprensa que explicassem essa história ao povo, porque como o ar de “cassação” é de corrupção, todo mundo acha que a gente roubou alguma coisa. Pediria aos ilustres jornalistas e radialistas que colocassem ao público o que vem a ser a cassação. Porque outro dia vi o Bessa da coluna que estou sendo cassado por abuso do poder econômico. Meu Deus do céu!

Sr. Presidente, quero que fique registrado nesta Casa esse meu agradecimento ao Senador Osmar Dias, que foi procurado por um Parlamentar dessa Casa para interferir e para tentar adiar o meu processo em Brasília. E o Senador, de forma corajosa, de um homem que ele é, não é um cachorro, não é um covarde, ele disse àquele Deputado, que me nego dizer o seu nome, porque já estive na minha casa. E quem vai à sua casa, tem que respeitar a sua casa. Se alguém tem que assumir aqui um mandato tem que ter voto nas urnas, para estar aqui tem que ter voto nas urnas e não o tapetão. Por isso, Deputado Zucchinho, V. Exa. leva um abraço ao Senador Osmar Dias, da decência, da honra e do respeito que ele teve comigo. E jamais me esquecerei disso, porque é nos momentos difíceis que você passa que você vê quem é seu amigo e quem não é, que você percebe quem se presta a jogar duro num momento tão difícil.

Mas quero encerrar agradecendo aos Srs. Deputados, pode ser que eu não esteja mais aqui nos próximos

dias, mas vou para casa com a consciência tranqüila, fiz um grande mandato, fui um grande Prefeito e se voltar para casa não volto porque o meu povo me mandou, volto porque o Poder Judiciário que tem bons juízes, que tem bons Desembargadores e que tem bons Ministros, mas infelizmente a sentença foi contrária a mim. Mas ainda há um fio de esperança e que essa esperança seja esperança da dignidade, de atitudes como a do Senador Osmar Dias, que quando procurado por um Deputado disse a ele: “Não. Eu tenho respeito com quem faz política no Paraná.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Ouvi atentamente o orador que acabou de usar a tribuna e quero confessar a V. Exa. e a Casa que esta conversa efetivamente houve entre eu e o Senador Osmar Dias. Agora, uma conversa do resultado eleitoral. Agora, até chegarmos ao Supremo. Começou essa questão de Deputado cassa Deputado e fui ver, pedi à minha assessoria jurídica que desse uma olhada nesse processo que se levantava. Ocorre que o Ministério Público de Ponta Grossa entrou com uma ação lá em 2001, 2000, o Tribunal de Justiça do Paraná acatou e julgou por unanimidade, foi para o Supremo. O Deputado Jocelito cometeu um equívoco que não é meu. Ele deveria ter ingressado no Supremo com representação legal, ou seja, com advogado e assim não o fazendo. Eu nem conheço o Supremo Tribunal Federal. Foi uma conversa simplesmente amistosa dizendo assim: “escuta você ficou infelizmente na suplência..., mas tem gente aí que está com dificuldade na Justiça.” Agora, eu entrar com uma ação, sequer tenho direito, sequer sou parte interessada, porque o 1º Suplente é o Scanavarra de Umuarama. Não tenho nada com isso. Agora, começa uma fofoca aqui, outra ali e colocaram na cabeça do meu prezado amigo Jocelito que eu sou culpado. Essa é a coisa.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Só queria dizer ao Deputado Neivo Berardin que a carapuça serviu para ele mesmo. Acabou de assumir tudo que fez.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que não faltou advogado no processo não. O meu advogado é o Dr. Renato Andrade Bacelar, que é um dos grandes advogados do Paraná. E quem não mandou o processo para Brasília não foi o meu advogado, foi o Tribunal de Justiça do Paraná que não mandou. Não sei por que. Agora não vou discutir, aqui, Deputado Neivo Berardin. Nós conhecemos V. Exa., V. Exa. falou com o Senador Osmar Dias, já que serviu a carapuça, falou e pediu a interferência dele. E o Osmar Dias disse para o senhor: “Não interfiro no Judiciário.” Deu uma lição de moral para o senhor, para o senhor ter vergonha na cara do que estava querendo fazer. É isso que ele fez com o senhor. Fez isso lá sim, fez isso em Brasília. E a Gazeta do Povo está de posse desse documentário que uma jornalista o entrevistou e ele

falou, porque ele tem vergonha na cara. Não é como V. Exa. que vai pedir para tirar um Deputado, um Deputado que sempre foi seu amigo, que pediu votos para o senhor inclusive - para tentar ajudá-lo. V. Exa. tem que ter respeito, pelos companheiros. V. Exa. não tem respeito é por isso que está indo para fora desta Casa, por isso, porque não tem respeito.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu, sinceramente, pediria a V. Exa. que retirasse dos Anais. Aliás, vou levar essas informações, possivelmente as ameaças que venho sofrendo, podem, em tese, vir desse colega, porque...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O senhor tem que ter medo é do pessoal do Banesado e das coisas que o senhor fez. O senhor tem que ter medo do que o senhor fez. O senhor sabe o que fez.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Normalmente eu não interfiro em Justiça.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O senhor tem que ter medo do que fez. O senhor sabe o que fez. Eu estive na CPI dos Grampos. O senhor sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço a compreensão dos Srs. Deputados.  
Concedo a palavra à Liderança da Oposição.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada imprensa, senhores que estão aqui. Começamos mal o ano, novamente. Começamos mal. Eu não quero entrar na questão salarial, até porque eu defendo a tese de que cada um tem o seu direito de fazer a defesa do seu ponto de vista. Defendo o posicionamento do Scarpellini e também defendo o posicionamento do Deputado Veneri que, com todo o direito, tem o seu posicionamento.

Meus senhores e minhas senhoras, quero alertar aos Srs. Deputados que muito mais importante do que nós estarmos falando do pagamento da convocação ou não convocação e se eu quisesse aqui eu poderia dizer o destino que eu vou dar ao pagamento da convocação, mas não é esse o caso, mas um dos objetos da convocação, esta sim, tem que trazer preocupação aos Srs. Parlamentares. Nós estaremos votando aqui os 12% que serão gastos em saúde e aí, não é o salário do Deputado, não é a briga do Jocelito com o Neivo Beraldin. Aí, é a saúde dos paranaenses. Aí é aquele cidadão que está na porta do hospital, deitado num banco, que não recebe atendimento e que aqui nós Parlamentares, estamos discutindo bijute-

rias e esquecendo a questão principal. Eu quero dizer que começamos o 2007 muito mal.

A questão de nós estarmos aqui sendo convocados e, para mim foi um prazer, porque tinha tanta saudade dos companheiros da imprensa, do dia-a-dia disso aqui, que faz com que minha vida funcione, porque isso aqui me faz falta. Estou aqui com todo o prazer. Eu acho que nós do Poder Legislativo, não apenas a nível de Estado do Paraná e a nível de Brasil, nós temos que fazer um pacto, porque senão, eu pergunto a qualquer Deputado aqui: quem tem coragem de ir à Rua XV hoje e gritar: "Eu sou Deputado"! Se for para eu ser Deputado e não poder dizer para a população paranaense que sou Deputado, não tem mais jeito. Acredito, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores. Sras. Deputadas, que nós temos que encontrar uma saída e a saída será com atitudes, será com demonstrações, será com ações. Nós estamos aqui sim para divergir, debater. Sei que nem todos concordam aqui, com o questionamento que eu estou fazendo sobre saúde, mas isso é um direito que cada um entende da forma que ele estudou, que ele entendeu.

Agora, se o Poder Legislativo desse país, não tiver cuidado nas suas atitudes, nas suas ações, o Brasil está pedindo por algo diferente e nós do Poder Legislativo, não teremos mais condições de estar aqui dentro desta Casa.

Quero alertar os Srs. Parlamentares, nós teremos quinze dias de convocação, e quem sou eu, eu não quero aqui dar lição em ninguém, mas nós teremos quinze dias, Deputado Marcos Isfer, sem o esforço que V. Exa. fez para incluir no Orçamento esse dispositivo para que a saúde do Paraná funcione melhor. Mas depende de nós. Não dependem do salário, as nossas atitudes. Não dependem da vontade da imprensa nossas atitudes. Depende só de nós. E, nós estamos começando muito mal o ano de 2007.

Eu que vim aqui hoje buscar um alento no primeiro dia de trabalho, volto para Casa mais triste do que cheguei. Deputado Barbosa, V. Exa. que foi um exemplo de Parlamentar e que vai à Brasília, leve essa mensagem aos Deputados Federais. Não é possível que nós iremos agora, Deputado Dobrandino, e quero pedir encarecidamente, V. Exa. que tão bem exerce a Liderança do Governo nesta Casa. Não podemos transformar, já corre a notícia aqui, que nós vamos transformar o Plenário em Comissão Geral. Já foi protocolado. A minha assessoria está me dizendo aqui.

Ora, gente, se nós fomos convocados por quinze dias, não vamos discutir aqui, não quero polemizar a convocação. Mas, se nós transformarmos em Comissão Geral, nós podemos terminar as Sessões amanhã à tarde.

Mas, eu tenho certeza absoluta, que se nós elevarmos aqui o debate da questão de saúde deste Estado, se nós discutirmos aqui, a questão da criação dos cargos. Quem lembra da história dessa Casa aqui, sabe Deputado Elio Rusch. Quando no Governo Jaime Lerner, eu já defendi o Governo Jaime Lerner a quantia necessária,

não tenho mais defendido, mas, eu nunca esqueço daquela tribuna, quando eu subi naquela tribuna, o Vice-Governador do Paraná Orlando Pessuti esbravejava que o Governo Jaime Lerner tinha criado 500, 600, 700 cargos de comissão.

Daí, eu vejo o Governo do Deputado Orlando Pessuti, Vice-Governador, há quatro anos e não houve extinção de um cargo. Ao longo desse tempo foi criando cargos. Lá de vez em quando um carguinho. Agora, estamos sendo convocados para criar mais um número de cargos. Ah, mas é para as penitenciárias!

Pega os cargos que o Jaime Lerner criou demais lá. Manda uma lei para cá e vamos transferir os cargos em comissão para esse questão.

Então, eu cumprimento os Srs. Parlamentares, me desculpem pelo meu pronunciamento, mas não me contive naquela cadeira, mas vamos amanhã levantar com o pé direito e começar o ano de 2007, porque hoje não valeu a pena.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Pela Ordem, o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu solicito as notas taquigráfica do pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, na tribuna e até mesmo aqui, após a questão do debate que houve entre ambos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está à disposição de V. Exa., como está de todos os Deputados.

## ***Ordem do Dia:***

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 069/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar, na lotação numérica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias, com simbologia DAS-1. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Mensagem nº 001/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva extinguir o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná-Fundepar, Instituto de Saúde do Paraná-ISEP e o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção-Decon. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 002/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei complementar que objetiva instituir, na

forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios que especifica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato nº 01/07, de autoria do Presidente Hermas Brandão, constante do expediente, convocando os Srs. Deputados para a realização de Sessão Extraordinária, entre os dias 15 e 30 do corrente mês, quando serão apreciados os Projetos de Lei nºs 286/05, 297/06, 425/06, 430/06, 436/06, 567/06 e 572/06, a Proposição nº 98/06, a Proposição-Veto nº 01/07 e as Mensagens de nºs 69/06 e 01/07, conforme inciso II, parágrafo 4º, do artigo 61, da Constituição Estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato nº 02/07, de autoria do Presidente Hermas Brandão, constante do expediente, incluindo a pedido do Sr. Governador do Estado, a Mensagem nº 02/07, na relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Legislativa Extraordinária, convocada pelo Ato do Presidente nº 01/07, de 11 de janeiro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 001, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio dos Srs. Deputados Jocelito Canto, André Vargas, Pedro Ivo Ilkiv e demais Srs. Deputados, constante do expediente, requerendo a transformação da Sessão Ordinária de 16.01.07 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 286/05, 297/06, 425/06, 430/06, 436/06, 567/06, 572/06, 001/07, 002/07 e 003/07, da Proposição nº 098/06 e Proposição de Veto nº 01/07. **Recebido, conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero falar para os Srs. Deputados ainda, que no entendimento do Deputado Durval, convocou a Comissão de Constituição e Justiça para amanhã, às 11h00. Então, automaticamente, sendo decidido na Comissão de Constituição e Justiça, não terá necessidade, posteriormente, de ser votado o requerimento aqui, na Sessão de amanhã.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 297, 430, 436, 572/06, 001, 002/07 e do de Lei Complementar nº 003/07 e da Proposição nº 098/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/07.

PORTARIA Nº 005/07

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Diretoria Geral****Portarias**

PORTARIA Nº 135/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10071, datado de 15 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH CAMATI, matrícula nº 40689, de cinco (05) dias, a partir de 11 de dezembro de 2006. CID. 10 K-52.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.12.06.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 003/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9954, datado de 14 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição da Prefeitura de Curitiba, o servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, para que possa permanecer exercendo o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social, até 31 de dezembro de 2007, sendo com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 004/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9956, datado de 14 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, a servidora deste Poder Legislativo, LÚCIA JOVITA INÁCIO, matrícula nº 40555, até 31.12.2007, sendo a cedência com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9955, datado de 14 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição para prestar serviços junto a Prefeitura de Curitiba, o servidor deste Poder Legislativo, VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, para prestar serviço junto a Assessoria do Gabinete do Prefeito, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 006/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9649, datado de 06 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARLI BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, de sessenta (60) dias, a partir de 03 de dezembro de 2006. CID. F 33.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 007/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10070, datado de 15 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA CELUTA TAVARES, matrícula nº 83, de trinta (30) dias, a partir de 04 de dezembro de 2006. CID. X.I.20.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 008/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9603, datado de 05 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS

LIMA, matrícula nº 40019, de trinta (30) dias, a partir de 20 de novembro de 2006. CID. 10-K-43.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 009/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9913, datado de 13 de dezembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, SEBASTIÃO GONÇALVES DE DEUS, matrícula nº 40645, de noventa (90) dias, a partir de 11 de dezembro de 2006. CID. X.I.10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**Portarias DAT**

**PORTARIA Nº 039/06 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005,

**R E S O L V E :**

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

**REDUÇÃO DE DESPESA:**

Código	P/A	Fonte	Valor
31901600	2000	100	56.000,00
31909200	2000	100	458.000,00
31909400	2000	100	343.000,00
31909600	2000	100	324.000,00
33900800	2000	100	765.000,00
33901400	2000	100	264.000,00
33903000	2000	100	369.000,00
33903300	2000	100	152.000,00
33903500	2000	100	176.000,00
33903700	2000	100	9.000,00
33903900	2000	100	1.000.000,00
Total			3.916.000,00

**ACRÉSCIMO DE DESPESA:**

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	3.916.000,00
Total			3.916.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 19.12.2006.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário

**PORTARIA Nº 040/2006 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005.

**R E S O L V E :**

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

**REDUÇÃO DE DESPESA:**

Código	P/A	Fonte	Valor
33904100	2000	100	15.000,00
31901300	2000	100	13.000,00
31900900	2000	100	22.000,00
31900900	9000	100	21.000,00
31900100	9000	100	6.000,00
31900300	9000	100	24.000,00
33903300	2000	100	5.000,00
Total			106.000,00

**ACRÉSCIMO DE DESPESA:**

Código	P/A	Fonte	Valor
33903300	2000	100	20.000,00
33903700	2000	100	50.000,00
33903900	2000	100	1.000,00
31901100	2000	100	35.000,00
Total			106.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 20.12.2006.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - 1º Secretário